

"GOVERNANÇA E GESTÃO DE SISTEMAS EDUCACIONAIS: LIÇÕES DO REGIME DE COLABORAÇÃO ESTADO-MUNICÍPIOS PARA POLÍTICAS DE ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL"

Amiris de Paula Serdeira¹

Resumo

Este artigo visa explorar os benefícios e desafios do regime de colaboração entre estados brasileiros no contexto da alfabetização, a partir do modelo bem-sucedido do Ceará. Nos últimos anos, o Ceará tem se consolidado como um exemplo de eficiência e eficácia na implementação de políticas públicas de alfabetização (Alves, 2017; Abrucio, 2010). Por meio de uma abordagem sistêmica e colaborativa, que envolve governo estadual, municípios, escolas e comunidades, o estado conseguiu alcançar resultados significativos na melhoria dos índices de alfabetização (Vieira, 2021). O estudo analisa a contribuição do modelo cearense, incluindo compromisso político e técnico, cooperação e incentivos, avaliação e monitoramento, formação de professores e gestores, material didático estruturado, fortalecimento da gestão municipal e escolar, boa comunicação com todo o ecossistema de educação e engajamento pela pauta da educação, uma governança participativa e a institucionalização do programa na rede estadual e municipal (Cury, 2019; Souza, 2020; Acrucio e Segatto, 2016). Além disso, a pesquisa discute como esses elementos foram adaptados e replicados em outros estados brasileiros, considerando as especificidades regionais e culturais (Freitas, 2018). Utilizou-se uma metodologia qualitativa, com revisão bibliográfica de estudos anteriores e análise de dados educacionais. Os resultados indicam que o regime de colaboração não apenas melhora os índices de alfabetização, mas também fortalece a capacidade institucional dos estados e municípios, promovendo uma educação mais equitativa e de qualidade (SERDEIRA, 2020; BRASIL, 2017; BRASIL, 2014). Conclui-se que, para expandir o sucesso do modelo cearense, é fundamental promover uma cultura de colaboração intergovernamental, pensar uma abordagem sistêmica, com diversas ações integradas, e garantir a sustentabilidade financeira das iniciativas. Este artigo contribui para o debate sobre políticas educacionais no Brasil e oferece recomendações práticas para a disseminação de boas práticas em alfabetização.

¹ Graduada do Curso Ciências Econômicas da Universidade Federal – ES e especialista em gestão pública pelo Insper, amirisdepaula@gmail.com

1. Introdução

A importância do regime de colaboração entre estados e municípios na educação brasileira é amplamente reconhecida como um fator chave para a redução das desigualdades educacionais e a promoção de uma distribuição mais equitativa de recursos e conhecimentos (Alves, 2017; Cury, 2019). O Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC) no Ceará exemplifica como estratégias colaborativas podem gerar melhorias significativas nos índices de alfabetização, destacando a eficácia desses modelos no contexto nacional (Vieira, 2021; Abrucio, 2010).

Comparando com práticas internacionais, como as observadas no Canadá e na Finlândia, onde a colaboração entre diferentes níveis de governo e partes interessadas é crucial para o sucesso educacional (UNESCO, 2019), percebemos a relevância de adaptar esses modelos ao contexto brasileiro. Em um país com desigualdades regionais e sociais marcantes, a adoção de práticas colaborativas pode ser uma solução viável para garantir uma educação de qualidade para todos (Freitas, 2018). Entender os mecanismos que levam ao sucesso ou fracasso dessas iniciativas é essencial para formular políticas mais eficazes e adaptáveis (Souza, 2020).

Este artigo tem três objetivos principais: (1) analisar as abordagens de regime de colaboração entre estados e municípios no Brasil, focando em casos de sucesso e desafios enfrentados; (2) investigar os impactos dessas práticas na qualidade da educação e nos resultados de alfabetização, com base em exemplos de implementação bem-sucedida; e (3) identificar vantagens e estratégias para a adaptação de modelos de regime de colaboração a diferentes contextos educacionais, visando a melhoria das políticas públicas no Brasil.

2. Metodologia

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, centrada na análise de literatura e estudos de caso, visando compreender as práticas de governança e gestão no regime de colaboração entre estados e municípios no Brasil. O objetivo é identificar os fatores que contribuem para o sucesso ou fracasso dessas iniciativas educacionais, com um foco específico nas políticas de alfabetização. Serdeira (2020) destaca que a integração de metodologias inovadoras e a colaboração com o terceiro setor pode ser determinante para a efetividade das políticas educacionais.

2.1. Metodologia

A pesquisa inicia-se com uma extensa revisão de literatura, abrangendo artigos acadêmicos, relatórios técnicos e documentos oficiais relacionados ao tema da governança educacional e colaboração intergovernamental. A revisão inclui referências-chave que discutem a implementação de políticas

educacionais colaborativas, tanto no contexto brasileiro quanto em experiências internacionais. Esta revisão permitirá identificar conceitos, práticas e resultados relevantes que embasam a pesquisa.

2.2. Seleção de Casos

Para uma análise aprofundada, foram selecionados estados brasileiros que implementaram políticas de alfabetização, via regime de colaboração, de forma bem-sucedidas. Os estados selecionados incluem Espírito Santo, Maranhão, Amapá e Goiás. Esses estados foram escolhidos por seus resultados positivos na melhoria da qualidade da educação e na alfabetização, além de oferecerem políticas de alfabetização sólidas com alta parceria entre estado e municípios, bem como ações robustas na implementação de suas políticas de alfabetização.

2.3. Coleta e Análise de Dados

A coleta e análise de dados serão realizadas a partir de fontes secundárias, seguindo as etapas descritas abaixo:

- i. **Coleta de Dados Secundários:** Os dados qualitativos e quantitativos foram extraídos de documentos oficiais, relatórios de avaliação, publicações acadêmicas e outros materiais disponíveis publicamente. Esses documentos incluem legislações, relatórios de desempenho e publicações relacionadas à implementação das políticas de alfabetização.
- ii. **Análise Documental:** A análise documental será utilizada para examinar o conteúdo dos documentos coletados, identificando padrões e categorias relevantes para essa pesquisa. A análise incluirá a identificação de práticas de governança, mecanismos de fundamentação do regime de colaboração e resultados alcançados pelos estados estudados.
- iii. **Análise Temática:** Permitirá a identificação e compreensão dos principais desafios e fatores críticos na implementação das práticas colaborativas.

3. Referencial Teórico

O referencial teórico deste artigo fundamenta-se em estudos e teorias relacionadas à governança educacional, regime de colaboração e políticas públicas de alfabetização. Este arcabouço teórico é essencial para compreender os mecanismos que influenciam a eficácia das práticas colaborativas entre estados e municípios, bem como os impactos dessas práticas na melhoria da qualidade da educação.

3.1. Governança Educacional e regime de colaboração

A governança educacional é um conceito multifacetado que abrange processos, estruturas e mecanismos responsáveis pela direção, administração e supervisão dos sistemas educacionais (Santos, 2020). A gestão colaborativa, que envolve a integração e coordenação entre diferentes níveis de governo e outros stakeholders, é essencial para alcançar objetivos educacionais comuns (Alves, 2017). No Brasil, o

regime de colaboração é visto como uma estratégia crucial para enfrentar disparidades regionais e sociais, promovendo uma gestão mais eficiente e equitativa dos recursos educacionais (Cury, 2019). Estudos indicam que a integração entre estados e municípios não apenas melhora a eficiência na gestão dos recursos, mas também fortalece a articulação das políticas educacionais (Silva, 2021). Contudo, a implementação efetiva desse regime enfrenta desafios como a falta de articulação e recursos financeiros limitados (Cury, 2019). Assim, práticas colaborativas bem estruturadas podem potencialmente mitigar tais desafios, promovendo uma sinergia mais eficaz entre as políticas educacionais e os contextos locais (Santos, 2020).

3.2. Políticas Públicas de Alfabetização

A alfabetização na idade certa² é fundamental para o desenvolvimento educacional e social, exigindo uma abordagem integrada que abranja aspectos pedagógicos e administrativos (Freitas, 2018). A gestão educacional deve assegurar que todos os atores relevantes participem não somente do desenho, mas também da implementação dessas políticas.

A colaboração entre estados e municípios desempenha um papel crucial ao potencializar recursos e promover uma distribuição mais justa, facilitando a adaptação das estratégias às realidades locais e contribuindo para a melhoria dos indicadores de alfabetização.

3.3. Exemplos de sucesso e desafios na implementação de políticas colaborativas

O Estado do Ceará destaca-se como um caso de sucesso na implementação do regime de colaboração, evidenciando como a articulação eficaz entre diferentes níveis de governo e a gestão orientada a resultados podem promover avanços substanciais nas políticas educacionais (Alves, 2017; Abrucio, 2010).

² Há diversos documentos orientadores que reforçam o conceito de “idade certa” para se alfabetizar, como por exemplo: (1) a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento oficial que define as aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da educação básica. A BNCC estabelece que a alfabetização deve ser garantida até o final do 2º ano do ensino fundamental; (2) o Plano Nacional de Educação (PNE), que é uma lei que estabelece diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no Brasil por um período de dez anos. A meta 5 do PNE prevê a alfabetização de todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do ensino fundamental. (3) por fim, algumas organizações Internacionais, como a UNESCO e a UNICEF também possuem publicações e recomendações que abordam a alfabetização e a importância de garantir que todas as crianças estejam alfabetizadas nos primeiros anos do ensino fundamental (UNESCO, 2019).

Contudo, a replicação desse modelo enfrenta desafios que incluem barreiras culturais, políticas e financeiras. Estudos de caso de outros estados revelam que a adaptação das práticas bem-sucedidas do Ceará é possível, mas requer uma consideração cuidadosa das condições locais e das características regionais (Vieira, 2021; Abrucio, 2019). A análise desses desafios e as estratégias adotadas para superá-los oferecem insights valiosos para a implementação de regimes de colaboração em diferentes contextos (Abrucio, 2019).

4. Resultados e discussão

4.1. Resultados

A análise dos casos de sucesso e dos desafios na implementação de práticas colaborativas no Brasil, particularmente nos estados do Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Amapá e Goiás, revela uma série de fatores que influenciam significativamente os resultados educacionais. As informações coletadas de documentos oficiais, relatórios de avaliação e publicações acadêmicas foram categorizadas para identificar padrões e fatores críticos.

4.2. Práticas colaborativas

A análise dos resultados da implementação de práticas colaborativas, no contexto do Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC) no Ceará, revela impactos positivos significativos na qualidade da educação básica. Abrucio (2010) documenta que a abordagem sistêmica e articulada do PAIC foi crucial para os avanços na alfabetização infantil. Indicadores como a taxa de alfabetização e a redução das disparidades regionais foram significativamente melhorados, demonstrando a eficácia do regime de colaboração.

A experiência do Ceará oferece lições valiosas para outras regiões, evidenciando a importância de uma abordagem integrada e bem coordenada. Os resultados obtidos destacam a necessidade de considerar as especificidades locais ao replicar modelos de sucesso e a importância de monitorar continuamente os indicadores de desempenho para ajustar e otimizar as políticas educacionais (Abrucio, 2010).

Os dados coletados indicam que a articulação entre diferentes níveis de governo e a gestão focada em resultados contribuíram para melhorias notáveis nos indicadores de alfabetização. O Ceará apresentou um aumento expressivo na taxa de alfabetização, com reduções nas disparidades regionais e sociais (Abrucio, 2010). Essa experiência reforça a importância de um regime de colaboração integrado para alcançar resultados positivos em larga escala.

4.3. Desafios na Replicação de Modelos Colaborativos

Apesar dos sucessos observados em estados como o Ceará, a replicação desse modelo enfrenta desafios significativos em outras regiões do Brasil. Abrucio (2010) identifica barreiras culturais, políticas e financeiras como obstáculos à implementação eficaz de regimes de colaboração em diferentes contextos. Aqui, destaca-se como é necessária uma inspiração em boas práticas, mas que haja uma adaptação de ações à realidade local, para que a implementação da política de alfabetização seja aderente àquela rede de ensino e seja sustentável ao longo do tempo. Os estudos de caso dos estados do Maranhão, Espírito Santo e Goiás ilustram esses desafios.

Enquanto alguns estados conseguiram implementar políticas colaborativas com sucesso, outros enfrentaram dificuldades devido às limitações financeiras ou outros fatores sistêmicos. A análise da literatura consultada para esse artigo revela que, para superar esses desafios, é necessário um compromisso contínuo não somente com a implementação das ações de implementação da política de alfabetização, mas também do fortalecimento das capacidades administrativas locais e a promoção de uma cultura de colaboração intergovernamental.

4.4. Benefícios do regime de colaboração

O regime de colaboração tem se mostrado uma abordagem transformadora para a gestão educacional no Brasil, promovendo uma coordenação eficiente entre os diferentes níveis de governo. Conforme abordado por Abrucio (2010), essa sinergia facilita uma alocação mais equitativa dos recursos e a implementação integrada de políticas educacionais, essencial para enfrentar as disparidades regionais e sociais acentuadas.

Além disso, Abrucio (2010) e Abrucio e Segatto (2016) destacam que a colaboração intergovernamental facilita a troca de conhecimentos e a adaptação de estratégias bem-sucedidas a diferentes contextos locais. A cooperação entre estados e municípios fortalece a capacidade institucional, especialmente em áreas que enfrentam desafios devido à falta de recursos e expertise técnica, beneficiando especialmente os municípios com dificuldades na implementação eficaz de políticas educacionais.

A colaboração também melhora a governança e a gestão educacional, promovendo maior transparência e accountability, conforme apontado por Abrucio (2010). A necessidade de alinhar metas e monitorar resultados coletivamente contribui para uma gestão mais eficiente dos recursos financeiros e humanos, maximizando o impacto das políticas e promovendo uma educação mais equitativa.

Abrucio (2019) ressalta que o regime de colaboração fomenta a inovação nas políticas educacionais. A parceria com o terceiro setor e outros atores sociais traz novas perspectivas e metodologias, permitindo uma abordagem mais flexível e adaptada às necessidades locais. Esse ambiente colaborativo facilita a

experimentação e a adoção de práticas pedagógicas inovadoras, resultando em uma educação mais inclusiva e adaptada às necessidades específicas dos alunos.

4.5. Estudos de casos: estados selecionados

4.5.1. Ceará:

A experiência de implementação da política de alfabetização no Ceará, destacada por Abrucio (2010), ilustra de forma notável o impacto positivo do regime de colaboração na melhoria da qualidade da educação básica. O Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC) do Estado do Ceará, desenvolvido em estreita colaboração entre o governo estadual e municipal, exemplifica como a articulação eficaz entre diferentes níveis de governo pode promover avanços substanciais na alfabetização infantil. A coordenação entre as esferas de governo permitiu a alocação eficiente de recursos e a integração de estratégias pedagógicas, resultando em melhorias significativas nos indicadores de alfabetização. Dados recentes mostram que o Ceará alcançou um aumento expressivo na taxa de alfabetização, com uma redução notável nas disparidades regionais e sociais, demonstrando a eficácia da abordagem colaborativa na promoção da equidade educacional.

Além da coordenação intergovernamental, o sucesso do PAIC também se deve ao envolvimento ativo de diversos atores, incluindo a sociedade civil e organizações do terceiro setor. Abrucio e Segatto (2016) destacam que a parceria com instituições como o Instituto Natura e a Fundação Lemann foi crucial para o fortalecimento das políticas educacionais e a disseminação de boas práticas. Essa colaboração ampliou o impacto do programa, facilitando a adaptação das estratégias às necessidades locais e promovendo uma abordagem mais holística e inclusiva. A implementação bem-sucedida do PAIC serviu como um modelo para outros estados, evidenciando a importância de um regime de colaboração integrado na melhoria dos resultados educacionais e na promoção de uma educação mais justa e de qualidade.

4.5.2 Espírito Santo:

O "Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo" (PAES), estruturado a partir de 2019, é uma iniciativa do governo estadual destinada a transformar a alfabetização e o aprendizado nas escolas do Espírito Santo. O PAES foi concebido para enfrentar os desafios educacionais locais e garantir uma alfabetização de qualidade para todas as crianças, principalmente nas etapas iniciais da educação básica. O programa se destaca por sua abordagem colaborativa e integrada, envolvendo não apenas a secretaria estadual de educação, mas envolvendo também os municípios e suas respectivas secretarias de educação e a sociedade civil.

A estruturação do PAES inclui a implementação de um currículo pedagógico atualizado e alinhado com as melhores práticas de alfabetização. O programa introduziu um conjunto de ferramentas e recursos para os educadores, bem como uma formação contínua para melhorar as habilidades dos professores e assegurar uma prática pedagógica eficaz. Além disso, o PAES promoveu a criação de redes de apoio e de comunidades de aprendizagem entre as escolas, permitindo a troca de experiências e o compartilhamento de estratégias bem-sucedidas. Essa abordagem colaborativa é fundamental para a adaptação das práticas educacionais às necessidades específicas das escolas e das comunidades locais.

Uma das inovações do PAES foi a implementação de um sistema de monitoramento e avaliação que permite acompanhar de perto o progresso dos alunos e a eficácia das ações pedagógicas. O programa usa dados para fazer ajustes e aprimoramentos contínuos, garantindo que as intervenções sejam baseadas em evidências e adaptadas às realidades locais. Os resultados iniciais do PAES mostram uma melhoria significativa nas taxas de alfabetização e no desempenho acadêmico dos alunos, refletindo o sucesso da abordagem colaborativa e estruturada na promoção da equidade e qualidade educacional no Espírito Santo.

4.5.3. Maranhão:

A política "Escola Digna", implementada pelo Estado do Maranhão a partir de 2019, visa promover uma transformação significativa na infraestrutura e na qualidade das escolas públicas do estado. O programa é estruturado em três eixos principais: melhorias na infraestrutura escolar, fortalecimento pedagógico e gestão participativa. As ações são desenvolvidas de forma integrada pelo Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação (Seduc), em regime de colaboração com os municípios. O primeiro eixo foca na reestruturação física das escolas, com a construção de novas unidades escolares e a reforma das existentes. Isso inclui a ampliação de salas de aula, a modernização das instalações sanitárias e a criação de espaços adequados para atividades pedagógicas e culturais. O objetivo é proporcionar um ambiente de aprendizagem seguro e adequado, que contribua para a melhoria das condições educacionais.

O segundo eixo do "Escola Digna" concentra-se no fortalecimento pedagógico, com a oferta de materiais didáticos atualizados e a implementação de programas de formação continuada para os professores. O programa busca equipar os educadores com ferramentas e conhecimentos modernos, promovendo práticas pedagógicas inovadoras e eficazes. Além disso, o "Escola Digna" inclui ações voltadas para a valorização e a capacitação dos profissionais da educação, garantindo que estejam preparados para enfrentar os desafios do ensino e para promover a melhoria contínua das práticas educacionais.

O terceiro eixo é a gestão participativa, que envolve a comunidade escolar, os gestores municipais e as organizações da sociedade civil na execução e monitoramento das ações do programa. O "Escola Digna" promove a participação ativa de todos os atores envolvidos na educação, assegurando que as necessidades locais sejam atendidas e que os recursos sejam utilizados de forma eficiente. O programa utiliza mecanismos de monitoramento e avaliação para acompanhar o progresso das escolas e garantir a eficácia das intervenções. Os resultados iniciais mostram melhorias na infraestrutura das escolas e avanços nos indicadores de desempenho acadêmico, destacando o impacto positivo de uma abordagem integrada e colaborativa na educação pública do Maranhão.

4.5.4. Amapá:

O programa "Criança Alfabetizada", lançado pelo Estado do Amapá a partir de 2019, é uma política voltada para a melhoria da alfabetização nas escolas públicas e a promoção de um ensino de qualidade para as crianças em idade escolar. O programa se estrutura em três áreas principais: capacitação de professores, aprimoramento dos recursos pedagógicos e acompanhamento sistemático do progresso dos alunos. O "Criança Alfabetizada" visa enfrentar desafios históricos na educação básica do estado e garantir que todas as crianças tenham acesso a uma alfabetização eficaz e inclusiva.

Um dos pilares do programa é a formação e capacitação contínua dos professores, que recebem treinamento especializado em metodologias de alfabetização e práticas pedagógicas inovadoras. O "Criança Alfabetizada" oferece cursos e workshops para equipar os educadores com ferramentas e técnicas atualizadas, promovendo um ensino mais eficiente e adaptado às necessidades dos alunos. Além disso, o programa investe na atualização e ampliação dos materiais didáticos e recursos pedagógicos, assegurando que as escolas tenham acesso a suportes modernos e de alta qualidade para o processo de alfabetização.

O programa também é caracterizado por seu sistema robusto de monitoramento e avaliação, que permite o acompanhamento detalhado do progresso dos alunos e a eficácia das estratégias implementadas. A coleta de dados e a análise sistemática permitem ajustes e melhorias contínuas nas práticas pedagógicas, garantindo que as intervenções sejam baseadas em evidências. O "Criança Alfabetizada" promove uma abordagem colaborativa, envolvendo gestores escolares, educadores e a comunidade no processo de execução e monitoramento. Os primeiros resultados do programa indicam avanços significativos nas taxas de alfabetização e uma melhoria geral no desempenho acadêmico, refletindo o impacto positivo de uma abordagem bem estruturada e focada na qualidade da educação no Amapá.

4.5.5. Goiás:

O programa "AlfaMais Goiás", lançado em 2020, pelo Estado de Goiás, é uma política estratégica focada na melhoria da alfabetização e no fortalecimento das práticas pedagógicas nas escolas públicas via regime de colaboração. O programa se destaca por sua abordagem integrada, que combina melhorias na formação de professores, fornecimento de recursos pedagógicos e a implementação de um sistema robusto de monitoramento e avaliação. O AlfaMais Goiás visa assegurar que todas as crianças sejam alfabetizadas de forma eficaz e equitativa, enfrentando desafios históricos na educação básica.

Um dos principais componentes do AlfaMais Goiás é a capacitação contínua dos professores, com a oferta de cursos de formação e atualização que abordam metodologias modernas e práticas pedagógicas inovadoras. O programa enfatiza a importância de equipar os educadores com ferramentas e conhecimentos que promovam um ensino de qualidade e adaptado às necessidades dos alunos. Além disso, o AlfaMais Goiás investe na distribuição de materiais didáticos e recursos pedagógicos atualizados, garantindo que as escolas tenham acesso aos melhores recursos para apoiar o processo de alfabetização.

O AlfaMais Goiás também é notável por seu sistema de monitoramento e avaliação, que permite a coleta e análise de dados sobre o progresso dos alunos e a eficácia das intervenções pedagógicas. Este sistema possibilita ajustes contínuos nas estratégias implementadas, com base em evidências e resultados obtidos. A abordagem participativa do programa envolve gestores escolares, educadores e a comunidade na execução e no acompanhamento das ações, promovendo uma gestão colaborativa e transparente. Os resultados iniciais do AlfaMais Goiás demonstram avanços significativos nas taxas de alfabetização e melhorias no desempenho acadêmico das crianças, evidenciando o impacto positivo de uma política bem estruturada e focada na qualidade da educação.

4.6. Síntese dos principais pontos da discussão

Os resultados indicam que a regime de colaboração e a integração de metodologias inovadoras desempenham um papel crucial na melhoria dos sistemas educacionais. A seguir, discutem-se os principais fatores que emergiram da análise dos casos estudados.

1. Importância da Colaboração Interinstitucional: A colaboração entre estados, municípios e o terceiro setor emerge como um fator determinante para o sucesso das políticas educacionais. A experiência do Ceará exemplifica como a sinergia entre diferentes níveis de governo e o terceiro setor pode resultar em avanços significativos na alfabetização e na qualidade da educação.

2. Metodologias Inovadoras: A introdução de metodologias inovadoras, muitas vezes trazidas pelo terceiro setor, mostrou-se vital para adaptar as políticas educacionais às necessidades locais. O trabalho de Serdeira (2020) reforça que o uso de metodologias inovadoras em parcerias entre o setor público e o terceiro setor pode potencializar os resultados das políticas educacionais.

3. **Desafios e Limitações:** Apesar dos sucessos, diversos desafios permanecem, incluindo questões culturais, políticas e financeiras. A replicação do modelo cearense em outros estados revelou que adaptações contextuais são necessárias para lidar com limitações locais. O Maranhão, por exemplo, enfrentou dificuldades significativas, mas a colaboração e a inovação metodológica permitiram avanços importantes.
4. **Sustentabilidade das Políticas:** A sustentabilidade das políticas de alfabetização e de qualidade da educação depende de um financiamento adequado e de uma governança pública eficiente. Souza (2020) destaca que a colaboração intergovernamental pode otimizar a alocação de recursos, promovendo uma distribuição mais equitativa e eficiente.
5. **Equidade e Redução de Disparidades:** A regime de colaboração tem o potencial de reduzir disparidades regionais e sociais na educação, promovendo a equidade. A Aliança pela Alfabetização exemplifica como parcerias entre o setor público e o terceiro setor podem criar uma educação de qualidade para todos, conforme destacado por Serdeira (2020).
6. **Adaptabilidade e Flexibilidade:** A capacidade de adaptação e a flexibilidade das políticas educacionais são cruciais para enfrentar os desafios locais. As experiências de Goiás e Espírito Santo demonstram que políticas adaptáveis e flexíveis, apoiadas por metodologias inovadoras, podem ser implementadas com sucesso, superando barreiras culturais e políticas.

4. Considerações Finais

Em conclusão, o regime de colaboração entre estados e municípios tem se mostrado uma estratégia eficaz para a melhoria da qualidade da educação básica no Brasil. A experiência bem-sucedida do Ceará ilustra que uma abordagem colaborativa, combinada com metodologias inovadoras, pode resultar em avanços significativos na alfabetização e na qualidade da educação. No entanto, é crucial que modelos de colaboração sejam adaptados às condições locais e às necessidades específicas de cada região para garantir uma implementação bem-sucedida e sustentável. Recomenda-se a continuidade do monitoramento e da avaliação dos modelos implementados para ajustar estratégias e promover melhorias contínuas na educação.

Referências

- Alves, F. (2017). **Regime de colaboração na educação: O caso do Ceará.** *Revista Brasileira de Educação*, 22(69), 45-60.
- Cury, C. R. J. (2019). **Políticas públicas e gestão educacional: Desafios para o Brasil contemporâneo.** *Cadernos de Pesquisa*, 49(174), 562-583.
- Freitas, L. C. (2018). **Desafios da gestão educacional no Brasil: Entre a teoria e a prática.** *Educação & Sociedade*, 39(142), 257-276.

Souza, D. O. (2020). **Financiamento da educação e governança pública: Uma análise das políticas de colaboração no Brasil.** *Estudos em Avaliação Educacional*, 31(122), 153-178.

Vieira, M. I. (2021). **Colaboração entre estados e municípios: Impactos na alfabetização infantil.** *Educação e Pesquisa*, 47, e236859.

SERDEIRA, Amiris de Paula. *Uso de metodologias inovadoras para desenho de política educacional em parcerias entre setor público e terceiro setor: um estudo de caso do programa Minha Escola, no estado de São Paulo.* 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação no Programa Avançado em Gestão Pública) – INSPER, São Paulo, 2020. Orientador: Manuel Ruas Pereira Coelho Bonduki.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2014.

ABRUCIO, Fernando Luiz. *O regime de colaboração e o Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC).* Revista Brasileira de Educação, v. 15, n. 45, p. 567-585, 2010.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO MARANHÃO. Programa Escola Digna: uma política pública de sucesso. São Luís: Governo do Maranhão, 2022. Disponível em: https://maisidh.ma.gov.br/wp-content/uploads/2022/12/programa_escola_digna.pdf. Acesso em: 5 jul. 2024.